



SEÇÃO: TRIBUNA

Indivíduo, história e responsabilidade: ampliar a câmera, voltar às digitais

Individual, history and responsibility: expand the camera, go back to digital

Individuo, historia y responsabilidad: amplía la cámara, vuelve a lo digital

Francisco Carlos

Palomanes Martinho¹

orcid.org/0000-0001-7859-9533

fcpmartinho@usp.br

Recebido em: 15 mar. 2021.

Aprovado em: 7 jul. 2021.

Publicado em: 22 fev. 2022.

Resumo: O presente artigo pretende realizar uma reflexão a respeito do papel do indivíduo na História problematizando as diversas interpretações a esse respeito no campo historiográfico: dos Annales, passando pelo marxismo e os estudos biográficos. Ao mesmo tempo, a questão do indivíduo será refletida tomando como referência suas ações concretas no espaço e no tempo históricos.

Palavras-chave: Indivíduo. História. Responsabilidade.

Abstract: This article intends to reflect on the role of the individual in history, problematizing the various interpretations in this regard in the historiographic field: os the Annales, going through Marxism and biographical studies. At the same time, the question of the individual will be reflected by tacking as a reference its concrete actions in historical space and time.

Keywords: Individual. History. Responsibility.

Resumen: El presente artículo pretende realizar una reflexión acerca del papel del individuo en la Historia problematizando las diversas interpretaciones al respecto em el campo historiográfico: de los Annales, pasando por el marxismo y los estudios biográficos. Al mismo tiempo, la question del individuo se reflejará tomando como referencia sus acciones concretas en el espacio y en el tiempo históricos.

Palabras clave: Individuo. Historia. Responsabilidad.

Passado o tempo da recusa absoluta do indivíduo na História, continuamos, entretanto, marcados por dúvidas, incertezas e mesmo desconfiança a respeito de sua real dimensão às consequências das ações individuais frente aos acontecimentos históricos. Esta reflexão – tão longe de ser original quanto longe de ser conclusa – se mantém dividindo as águas da produção historiográfica. Há um sem-número de estudos nos quais o indivíduo é referido apenas para chegarmos à conclusão de ele que nada mais é do que a representação em escala micro do tempo, do espaço e da paisagem que o cercam. Repete-se assim a máxima do naturalismo do século 19: “o indivíduo é fruto do meio em que vive”. Portanto, originário de uma comunidade específica, este indivíduo nada mais representa que a cópia de todos aqueles originários do mesmo “meio”. É como em



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.

uma linha de montagem: produtos da mesma máquina, o resultado é, ou deve ser, idêntico. Há tempos, quando professor da UERJ, um colega me perguntou sobre o desempenho de uma turma para a qual eu ministrava uma disciplina. Respondi que ela, a turma, me parecia mais fraca que a do ano anterior. A reação deste meu colega foi a que segue: "Como assim, mais fraca, se o perfil socioeconômico deles é o mesmo"? Preferi não responder, pois achei que nossa conversa não iria muito longe. Uma vez que não considero sermos uma "repetição" coletiva de um mesmo ambiente, gostaria de refletir sobre este problema considerando duas perspectivas: primeiro, como historiador, pensando na História como disciplina, com seus instrumentos teóricos e metodológicos dos quais dispomos para as nossas reflexões; segundo, como cidadão, que emite opiniões, interfere na esfera pública e, conseqüentemente, influencia, de uma forma ou de outra o mundo em que vive. A despeito da autonomia entre os campos do pensar e da ação, procurarei igualmente apontar para possíveis lugares onde "as águas" de um e outro se encontram.²²

Gostaria, ainda, muito brevemente, de narrar uma outra experiência que tive, desta vez não com um colega, mas com uma turma de estudantes de graduação na mesma Universidade. Em dada altura fiz referência ao "tiro que mudou o curso do século 20", aquele de Gavrilo Princip que, assassinando o arquiduque do Império Austro-Húngaro, Francisco Ferdinando, deu início à Primeira Guerra Mundial. A reação dos meus alunos foi imediata: perguntavam eles se um "simples tiro" seria capaz alterar o curso da história; que meu argumento era simplório e que as *estruturas* do imperialismo à época conduziam o mundo inevitavelmente em direção ao conflito. Era apenas uma questão de tempo. Em pleno século 21 o acontecimento singular, o *fato*, quase que não existia. Ou, na melhor das hipóteses, era um complemento a mais no sentido de confirmar o vaticínio do suposto "espírito da história".

A opinião expressa pelos meus estudantes era, em grande parte, a mesma que eu havia aprendido quando aluno do Departamento de História da UFF. O que, como parece evidente, demonstra a força de um modelo argumentativo que, nascido na passagem do século 18 para o 19 com a filosofia clássica alemã, chegou até o presente; combatido, algo combatido, mas ainda bastante vivo.

No "oitocentos", o avanço das chamadas "ciências humanas" fez com que a história bebesse de seus conceitos e métodos de interpretação. Conceitos e métodos que, literalmente, descartaram as "impressões digitais", como disse o biógrafo de Oliver Cromwell, Charles Firth (apud LORIGA, 1996, p. 248). O otimismo de Firth, um autor da virada dos séculos 19 para o 20, não se confirmou. Ao contrário, permanecia atualíssimo o vaticínio de Durkheim: "o indivíduo não se pertence; [...] ele é literalmente uma coisa da qual a sociedade dispõe" (1969, p. 69), ou seja, o indivíduo não ia além de uma *peça de engrenagem* na máquina dos acontecimentos. Para Paul Ricoeur, a força deste argumento decorre de uma estruturada "tentação hegeliana" (2010, p. 330-44), difícil de ser superada. Com Hegel, os indivíduos devem ser entendidos como massa supérflua, não devendo nunca fazer sombra à história. Quanto às grandes figuras da história, como César ou Napoleão, elas nada mais seriam que instrumentos da razão e existem para cumprir um desígnio que lhes ultrapassa (HEGEL, 2008). Como diz Sabina Loriga, não sem ironia: "Nesta concepção providencial do futuro, o indivíduo permanece totalmente sujeito à lei, uma lei terrível e implacável, nunca desviando de seu curso. O esquecimento da pessoa coincide [...] com a recusa do acaso". Assim, uma vez que "o resultado da batalha de Waterloo

²² A ação pressupõe uma relação com o *outro*, seja ele o leitor de um texto que escrevemos, ou alguém que sobre o impacto imediato de uma atitude que tomamos, não importando ser um ato de violência ou de amor; já o que chamo de pensar é definido assim por Hannah Arendt: "Desde Platão, pensar tem sido definido como um diálogo silencioso entre mim e mim mesma; é a única maneira em que posso fazer companhia a mim mesma e ficar satisfeita com isso" (ARENDR, 2004, p. 71).

foi condicionado pelas chuvas torrenciais que caíram durante a noite de 17 a 18 de julho de 1815", aquelas "trombas de água eram também a marca do deus da história" (2010, p. 14-6).³

No século 20, como sabemos, o marxismo e a *École des Annales* deram continuidade ao serviço. No primeiro caso, as classes não apenas determinavam os acontecimentos, como possuíam um *devoir*, um fim em si a ser cumprido. E da mesma forma como a burguesia cumprira seu "papel histórico" para a constituição do capitalismo, agora era a classe operária, nascida como sua antítese, de suas entranhas, quem cumpriria o papel último da história. Não havendo "nada a perder [...], além de seus grilhões" (MARX; ENGELS, 2008, p. 66), o cumprimento de sua função histórica extingiria todas as classes e, por conseguinte, a própria história. Afinal de contas, a "história de todas as sociedades até o presente movimentou-se em torno de antagonismos de classes" (MARX; ENGELS, 2008, p. 43). Sem querer entrar em um debate que foge aos objetivos do presente texto, penso que não necessariamente era essa a visão de Marx e de Engels, os autores do *Manifesto Comunista* aqui citado. E creio que se deve chamar atenção para o fato de que esses autores consideravam a história, até o presente, a história da luta de classes. Em outras palavras, nada garante que o fim da luta de classes para os autores do *Manifesto*, implicaria, digamos assim, no "encerramento" da História. Na própria família marxista, não poucos foram os autores que trataram os textos do pensador alemão de forma não dogmática, como são os casos, entre outros, do filósofo Walter Benjamin e do historiador Edward P. Thompson. Sobre o primeiro, disse Hannah Arendt que "Benjamin utilizou essa doutrina [o marxismo] apenas como um estímulo heurístico metodológico e dificilmente estava interessado na sua base histórica ou filosófica" (ARENDR, 2008, p. 176); quanto a Thompson, foi este historiador inglês quem, "em oposição tanto ao marxismo ortodoxo, quanto ao estruturalismo, devolveu sua dignidade pessoal aos vencidos da história, às vítimas do

passado. Desde então a noção de *experiência* começou a erodir a de *estrutura*" (LORIGA, 1996, p. 244, grifo meu). Experiência que, como disse Alexandre Fortes, serve como "elemento mediador entre 'estrutura e ação'" (FORTES, 2013, p. 9). Para Thompson, portanto, não se trata de uma erosão absoluta da estrutura, mas de seu não determinismo para a compreensão da classe que, afinal, existe apenas em seu *fazer-se* (THOMPSON, 1989, p. 13-61). O próprio Marx, aliás, parece confirmar a tese de Thompson ao afirmar a necessidade de "constituição do proletário em classe" (MARX; ENGELS, 2008, p. 32). Ou seja, a classe não existe à partida, mas se constitui, *se faz existir*.

No entanto, desafortunadamente, é forçoso dizer que estas não foram as únicas interpretações do marxismo; e nem as predominantes. Transformado em verdade e doutrina de Estado, o marxismo fez por se enrijecer e, por conseguinte, construir uma interpretação única cujos desvios se transformavam em heresias. E não apenas no interior dos Estados formalmente socialistas, mas também entre correntes "acadêmico-militantes". Este modelo de interpretação substituiu o *juízo crítico*, ancorado em fontes documentais e problematização, pelo *juízo de valor*, advogando para si "a capacidade exclusiva de analisar criticamente a história" (ROLLEMBERG; VAINFAS, 2020, p. 18). Ademais, uma vez que a teoria que advoga é científica, então apenas uma verdade poderá sair da análise deste ou daquele fenômeno. Na prática, não analisa, mas afirma uma sentença que se quer estável e qualquer "acorde dissonante" será motivo de preocupação, para dizer o mínimo.

Quanto aos Annales, seu objetivo primeiro foi a supressão daquela morosa e conservadora História Política do século 19, caracterizada pelo evento cronologicamente definido e pela farta documentação oficial, entendida como evidência única da verdade. E o historiador, assim, ficava quase que reduzido à condição de copista dos documentos que dispunha. O *tempo* dos Annales foi, então, aquele da "rocha da [longa] duração", e como consequência, "quando o tempo se inscreve

³ As traduções, todas de textos em francês, são minhas.

na geografia, [lele] se recolhe na perenidade das paisagens" (RICOEUR, 2010, p. 174). As grandes estruturas, as longas conjunturas, a permanência das mentalidades, reduzem o indivíduo, no máximo, à condição de cenário. Georges Duby, por exemplo, não deixa dúvidas quanto a esta questão: ao comentar sobre o seu *Guilherme Marechal* (1988), afirmou que "o particular só lhe era de interesse quando capaz de informar sobre o coletivo" (1992, p. 123-126).

Ainda que houvesse, em todo esse tempo, mulheres e homens de letras preocupados com a dimensão individual, é fato de que estamos a falar de casos que, apesar de importantes, foram significativamente minoritários.⁴ O gradual retorno do indivíduo à centralidade da história deveu-se, entre outros fatores, ao ocaso das interpretações enrijecidas e os consequentes questionamentos de paradigmas até então intocáveis. E um dos principais *acontecimentos* a provocar tal reviravolta foi a crise que se abateu sobre os regimes do socialismo soviético (MARCUSE, 1969) na segunda metade da década de 1980. Um pouco antes, assistíamos à vitória de governos neoliberais no Ocidente, cujos exemplos mais notórios foram as eleições de Margaret Thatcher em 1979 na Inglaterra e de Ronald Reagan em 1981 nos Estados Unidos. O impacto sobre as formas de olhar pretéritas foi significativo. Em uma frase marcante, disse certa vez a Primeira-ministra britânica: "Não conheço nenhuma sociedade, para mim só há indivíduos" (apud LORIGA, 2011, p. 218). Foi nesta mesma toada que Francis Fukuyama (1992) vaticinou o "fim da história", em um livro que virou um *must* entre neoconservadores de todo o planeta. Chamo atenção ao fato de que, também para este porta-voz do neoliberalismo a História permanecia entendida como expressão do coletivo, guiada pela força das ideologias, daí o anúncio de seu fim com a chegada de um "novo tempo". Esta absolutização do individualismo parece ter determinado o fim das assim chamadas "grandes questões" e, consequentemente, do próprio *homem público* (SENNET, 1988). Aos poucos, também, o declínio

do interesse pelo espaço público, reduziu a história a narrativas formalmente descomprometidas com qualquer compromisso com a verdade. A história se tornava, assim, uma literatura; diferente da que nos é convencional, mas uma literatura. E, para o que aqui me interessa: destituída a sociedade, a classe ou o espaço público, restaria o indivíduo com suas "migalhas" (DOSSE, 2003).

Se, por um lado, a mim parece abusiva esta redução da História às circunstâncias e à mera conjectura de suas possibilidades, recusando peremptoriamente a busca da verdade, por outro, a verdade determinada à partida, teleologicamente, se revela igualmente estérea. Uma e outra unificadas e assemelhadas no mesmo dogma, no mesmo autoritarismo. Assim, problematizar o indivíduo é tarefa que requer independência e desfiliação a todo e qualquer argumento apriorístico. É o que buscarei fazer a seguir.

A aceitação do individual, embora crescente – e em diversas áreas, insisto, até mesmo acrítico – demorou a aportar na academia. São fartos os exemplos na sintomática década de 1980. Em 1989, Marc Ferro publicou um artigo intitulado "La biographie, cette handicapée de l'histoire", no qual fazia menção a dois colóquios recentemente ocorridos na França. Um, sobre a revolução russa de 1905, no qual não se falou de Nicolau II; o outro, sobre o regime de Vichy, ocasião em que o marechal Pétain não foi mencionado. A biografia, ou seja, o pensar o indivíduo a partir de pressupostos historiográficos, permanecia quase que fora de seus "canteiros" (BOUTIER; JULIA, 1998). Outro exemplo: em 1986, o sociólogo francês Pierre Bourdieu publicou o seu conhecido artigo "l'illusion biographique", no qual questionava a validade do gênero biográfico para as ciências sociais. Bourdieu criticava o que considerava o mais grave equívoco dos biógrafos, ao relatarem a vida como expressão de uma continuidade, de uma coerência que simplesmente inexiste na trajetória das pessoas. A recusa à coerência do indivíduo é assim argumentada pelo sociólogo:

⁴ Sabina Loriga faz referência a algumas vezes que nadavam na contracorrente da maré: Gustav Droysen, Jacob Burckhardt, Leon Tolstói, Thomas Carlyle e Wilhelm Dittley, além de Max Weber, Siegfried Kracauer, Walter Benjamin e William Jones (2011, 1996).

o nome próprio é a forma por excelência da imposição arbitrária que operam os ritos de instituição: a nomeação e a classificação introduzem visões estanques, absolutas, indiferentes às particularidades circunstanciais e aos acidentes individuais, no fluxo das realidades biológicas e sociais (BOURDIEU, 2006, p. 187).

Não restam dúvidas, creio, que a recusa à ideia da linearidade da vida afirmada por Bourdieu parece procedente. Nós somos incoerentes e tal condição, longe de constituir um problema, não passa exatamente disso: de uma condição... Estranho seria exatamente o contrário. Apesar deste mérito no texto do sociólogo francês, é fato que já há tempos não poucos estudos biográficos romperam com tais visões apriorísticas e coerentes.⁵ Ademais, ao atribuímos uma *identidade inteligível* a certa personagem, tal não significa que o "conjunto de ações" deste mesmo agente ou sujeito seja necessariamente linear (OLIVEIRA, 2017, p. 431). Gostaria, ainda, de me referir ao ambiente no qual foi publicado o artigo de Bourdieu. Impresso nas páginas das *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, seu "l'illusion biographique" vem acompanhado de um conjunto de outros artigos igualmente dedicados à biografia que não se alinham, entretanto, com a recusa de Bourdieu. Enquanto o texto de Bourdieu ganhou o mundo, os demais artigos, quase que ficaram escondidos, largados como artigos velhos que jogamos no porão. Ou seja, "l'illusion biographique" ofuscou as outras contribuições e impôs um paradigma interpretativo. Aconselho-vos a leitura da edição completa.⁶

É verdade que, paralelamente às vozes em contrário, o indivíduo reencontrou seu lugar a partir de dois vetores não necessariamente excluídos, não necessariamente convergentes. Por um lado, ele retorna a partir de uma preocupação epistemológica segundo a qual, as certezas es-

truturantes não parecem mais suficientes para o entendimento do mundo que nos cerca, sobretudo no que toca à ação humana; por outro, fruto de um tempo específico, este indivíduo pode surgir edificado na condição de ser destituído e acima do ambiente e do espaço coletivo que o cerca; quase que inventado, como um personagem de romance. Neste último caso, nada existe, é tudo "invenção e arte" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007).

Como então, devemos lidar com esta dialética indivíduo/coletivo?

Em primeiro lugar, é caminho prudente superarmos a "falsa e pretensa oposição entre indivíduo e sociedade" (LE GOFF, 2002, p. 23). Em segundo lugar, em decorrência da primeira sentença, o fato de a pessoa pertencer a um coletivo, a uma sociedade, com seus valores, virtudes e preconceitos, não significa que ela não tenha sua autonomia, não seja uma célula algo desgarrada do corpo a que pertence. Em uma interpretação estruturante, um movimento inesperado fará o com que "corpo", o "organismo" funcione mal, adoeça. E o responsável pelo "inesperado", claro está, deverá ser abatido. Exemplos não faltam, no entanto, em estudos diversos, para mostrar o quanto que um e outro, cenário e personagem, se misturam e se confundem.⁷ Para assim trabalharmos, sem fazer da mulher ou do homem reflexos empobrecidos do chamado "em torno", a escolha do instrumental metodológico deve mudar, sobretudo de escala. Esta alternância é explicada por Jacques Revel, referindo-se ao magnífico filme de Michelangelo Antonioni, *Blow up*, no qual um fotógrafo

por acaso registrou em seu filme uma cena da qual é testemunha. A cena é incompreensível para ele, seus detalhes não são coerentes. Intrigado, ele amplia as imagens [...] até que um detalhe invisível o coloca na pista de uma outra leitura do conjunto. A variação de escala lhe permitiu passar de uma história para outra (REVEL, 1996, p. 38).

⁵ Entre outros excelentes exemplos, e apenas citando pesquisas brasileiras, ver: BORGES, 2017; FERREIRA, 2001; FREIRE; SYDOW, 2016; REIS FILHO, 2014; SCHMIDT, 2017; SOUZA, 2008.

⁶ Michael Pollak et Nathalie Heinich. "Le témoignage"; Michael Pollak. "La gestion de l'indicible"; Alois Hahn. "Contribution à la sociologie de la confession et autres institutionnalisées d'aveu"; Pierre Penisson. "Fils de pasteur"; Pierre Encrevé. "Fils de pasteur où enfant de pasteur(s)"; Bernard Zarca. "Le vie d'un peitre en letres"; Michel Pinçon et Paul Rendu. "Um ouvrier desenchanté"; Patrice Pinel. "Le Paradise perdu"; Howard Becker. "Biographie et mosaïque scientifique". Disponível em: http://www.persee.fr/issue/arss_0335-5322_1986_num_62_1. Acesso em: 17 jan. 2022.

⁷ Ver os trabalhos acima citados (nota de rodapé n. 6).

Em que medida tais questões nos dizem respeito?

Vejam os: a responsabilidade anunciada no título deste artigo possui dois sentidos. Primeiro, por um lado, diz respeito à responsabilidade do historiador diante dos fatos que analisa. Eles, os fatos, não se presumem, existem e os referimos por via dos instrumentos que nos são dados ou que encontramos, ou seja, as fontes, os documentos. A percepção das coisas, que nunca é absoluta, pode ser alcançada a partir de múltiplas escalas, e uma não desautoriza a outra. Portanto, devemos lançar mão de nossos meios, buscar a verdade e permitir a dúvida. E reforço: o historiador tem compromisso com a *verdade*. Como disse Carlo Ginzburg, "as noções de prova e verdade são parte constitutiva do ofício do historiador" (apud ROLLEMBERG; VAINFAS, 2020, p. 26). O retorno da narrativa não transforma tudo em representação, nem obsta a evidência factual. Segundo, por outro lado, diz respeito à responsabilidade do indivíduo em suas ações concretas. *Ele* ou *ela* são pessoas não substituíveis como substituível é um parafuso. E mais: cada ato de cada pessoa é passível de julgamento e de compreensão, de modo que o famoso "Quem sou eu para julgar" nada mais é do que abdicar de nossas faculdades (ARENDRT, 2004, p. 69), o que, evidentemente, constitui um risco de grandes proporções. Sobre esta questão, Rollemberg e Vainfas fazem algumas importantes ponderações. Ainda que em parte condicionado pelos seus próprios valores, cabe ao historiador, diante dos acontecimentos históricos, analisá-los sem renunciar a seu juízo crítico. Rollemberg e Vainfas discutem, por exemplo, o papel desempenhado por Hannah Arendt que, diante do julgamento de Adolf Eichmann, denunciou os erros judiciais ali ocorridos em função da deliberação prévia de elevar o réu à condição de artífice da Shoah, quando, na verdade, não passava de mero executor (eficiente) de ordens vindas de cima. Contra a opinião corrente, a filósofa, com vocação de historiadora, caminhou no sentido inverso do que

se dela se esperava, enfrentou o senso comum e, sobretudo, como intelectual, fez da comprovação documental, seu aporte para apontar a farsa do julgamento. E, diga-se, sem inocentar Eichmann de seus crimes, ao contrário do que disseram muitos de seus detratores (2020, p. 34-40). Intelectuais são, antes, cidadãos e cidadãs, posto que é a cidadania quem determina nossa capacidade de escolha de determinado ofício. Daí sua responsabilidade no exercício de uma função, neste sentido, é idêntica a de qualquer trabalhadora ou trabalhador.

Julgar as ações da pessoa. Este é um dilema que aparece quando, por exemplo, vivemos sob regimes autoritários ou totalitários,⁸ de modo que nos é posta a questão da obediência ou da desobediência. Portanto, a questão da escolha. E é bom lembrar que os regimes não democráticos elaboram leis que são formalmente publicadas e, no cotidiano de cada sociedade, se afirmam (ou buscam se afirmar) como *consentimento*. Hannah Arendt reflete sobre este tema tanto em seu livro sobre o julgamento de Eichmann, quanto, em seguida, em artigos nos quais procurava entender o impacto provocado por esta sua obra na opinião pública em geral (ARENDRT, 2004, 1999). Um argumento da defesa de Eichmann que se repetia na Casa da Justiça em Jerusalém entre 11 de abril e 14 de agosto de 1961, era o de que o acusado nada mais representava que a própria Alemanha de seu tempo, e, portanto, "a culpa não é de ninguém individualmente mas [da] culpa coletiva" (ARENDRT, 2004, p. 83). Neste sentido, o réu, menos que um ser humano, não passava de um dente na engrenagem do sistema. Assim, "se eu não tivesse feito, outra pessoa poderia ter feito e faria" (ARENDRT, 2004, p. 91-92). Portanto, o mal é banalizado nos regimes totalitários de tal forma que os "inocentes" o praticam como que em uma repetição corriqueira, ordinária. Embora saibamos que muitos criminosos de guerra foram perseguidos e condenados, para além de Eichmann, este tipo de argumento segundo o qual "quem fez aquilo foi a Alemanha" e não este

⁸ Hanna Arendt chama atenção para o fato de que enquanto os regimes genericamente chamados "autoritários" não clamam pela participação, aliás, esperam a "não participação", os regimes totalitários esperam e exigem a participação, razão pela qual a diferença não pode ser entendida como um pormenor (ARENDRT, 2004, p. 222).

ou aquele, permitiu a permanência na vida ativa e em cargos públicos, de muitos dos responsáveis pela barbárie. Exemplo notório, para não falarmos apenas da Alemanha, é o de Maurice Papon. Vice-prefeito de Bordéus, foi responsável direto pelo envio de 1560 judeus para o extermínio. É provável que Papon tenha se cruzado com Aristides de Sousa Mendes, diplomata português que, naquela mesma cidade do sudoeste francês, concedeu, apenas entre 1º de janeiro e 22 de junho de 1940, 1575 vistos de entrada em Portugal a refugiados de diversas nacionalidades. Como a vida tem um valor absoluto, o diplomata, neste caso, venceu o carrasco. Mas Sousa Mendes foi punido por Salazar que, aliás, ocupara os cargos de ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros entre 1936-1944 e 1937-1947, respectivamente (PIMENTEL, 2008, p. 100-12; MENESES, 2010). Já Papon, tornou-se prefeito da Córsega, chefe da polícia de Paris responsável pelo massacre de argelinos que se manifestavam contra a Guerra da Argélia⁹ e ministro do Orçamento no governo de Valéry Giscard d'Estaing (SILVA, 2000, p. 114); recebeu também, do presidente Charles de Gaulle, a comenda da Legião de Honra Francesa, retirada depois, quando do processo que, afinal, o levou à condenação em 1998. Claro está que a natureza dos indivíduos aqui referidos é distinta. Papon era um quadro político, assim como Sousa Mendes ocupava um cargo de indiscutível relevo, enquanto Eichmann aparecia como que um obscuro e obediente funcionário. Não importa. Aos tribunais não cabe o julgamento dos sistemas ou dos povos em geral, mas dos homens e das mulheres. Poder-se-á advogar, e muitos assim o fizeram, o "mal menor". Por exemplo, punir Papon resultaria na permanência de uma memória que precisava, dadas as circunstâncias, ser esquecida ou, ao menos, não referida. Isto, para não falar do ressentimento que poderia causar entre aqueles que o defendiam. Em termos práticos, como se viu, seu julgamento poderia ter evitado novas mortes, desta vez não de judeus, mas de argelinos. Nos

dois casos, grupos humanos estigmatizados. E há ainda, creio, uma outra questão que não me parece um detalhe. É que "aqueles que escolhem o mal menor esquecem muito rapidamente que escolhem o mal (ARENDDT, 2004, p. 99). Voltemos brevemente às pessoas aqui referidas. Cada uma agiu segundo uma eleição própria. Souza Mendes, por exemplo, poderia abraçar o argumento utilizado por Eichmann e seus defensores, de modo que, naqueles tempos de guerra, o consentimento generalizado dizia que o apoio a judeus foragidos mais agravaria que ajudaria a Portugal, o Estado ao qual servia. Eichmann, lembra Arendt, mostrou-se contrário à proposta de ... de salvar "uns 10 mil judeus". Tal atitude iria contra as ordens de seus superiores e, em última instância, do Führer. Era essa a ideia consentida entre homens e mulheres na Alemanha de seu tempo? Talvez fosse mais prudente argumentar que era esse o argumento que, repetido muitas vezes, tornou-se realidade. De fato, muitos alemães não eram exatamente antissemitas, mas consentiam. Ou não.

Tudo isso soa tão plausível que é preciso algum esforço para detectar a falácia. A sua plausibilidade baseia-se na verdade de que 'todos os governos' [...] mesmo os mais autocráticos, mesmo as tiranias, 'baseiam-se em consentimento', e a falácia reside em igualar o consentimento à obediência (ARENDDT, 2004, p. 109).

Assim, há uma linha divisória, nítida, entre "aqueles que querem pensar, e portanto têm de julgar por si mesmos, e aqueles que não querem pensar" (ARENDDT, 2004, p. 107).

Ao vermos a Primeira Guerra Mundial a distância, somos seduzidos pelo conjunto, pela máquina trituradora do Imperialismo e de suas supostas "consequências inevitáveis". Mas é preciso "encontrar Wally" e, para isso, a imagem deve ser ampliada, as escalas até o encontro com aquele átomo imprevisível. Esse Wally (ou átomo), naquele dia em Sarajevo, atendia pelo nome de Gavrilo; pelo nome de Maurice no regime de Vichy e pelo nome de Adolf (que não Hitler) no extermínio nazista. As responsabilidades vão de

⁹ Não se sabe o número de mortos e as estimativas são contraditórias. Uma comissão governamental estimou em 48 mortos, o jornalista Jean-Luc Einaudi afirma terem sido cerca de 150 (EINAUDI, 1991), enquanto o historiador Jean-Paul Brunet encontrou evidências de 31 vítimas, sugerindo também que 50 seria um número credível (BRUNET, 1999). Sobre a memória do massacre, ver: BRUN, 2014, p. 67-74.

alto a baixo. Para além das estruturas de classe ou condicionantes mentais, Gavriilo Princip, Maurice Papon, Adolf Eichmann e, claro, Aristides de Souza Mendes, ou ainda, outra personagem mais ou menos importante, fizeram escolhas. Na arma que matou Francisco Ferdinando, ou nas canetas que determinaram a deportação ou a salvação de judeus e o massacre de argelinos estavam as impressões digitais dessas pessoas. E é a partir delas que podemos conhecê-las e apreender seu impacto diante dessa História, felizmente, destituída de um "espírito" que a conduz. Recuperar o indivíduo, extrai-lo da condição de "dente da engrenagem", para *elevá-lo à condição de humano*, "até um funcionário ainda é um ser humano" (ARENDE, 2004, p. 93) e está, portanto, para além de qualquer engrenagem. É nessa condição de humano, não na condição rebaixada de máquina que pode (e deve) ser julgado. Às vezes, a objetiva da câmara deve abarcar a paisagem, sem dúvida; noutras deve ater-se ao detalhe. O detalhe, como parece evidente, pode ser assustador. A pessoa não é feita só de virtudes e talvez as tentativas de o caso do indivíduo encontrem aí uma razão: não queremos mirar no espelho o que somos capazes. Mas não há outra solução: é somente através da câmara focada no pormenor que encontraremos o indivíduo e enxergaremos suas digitais.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. *História: a arte de inventar o passado*. São Paulo: EDUSC, 2007.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDERSON, Perry. *Afinidades seletivas*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ANDERSON, Perry. *Zona de compromisso*. São Paulo: UNESP, 1996.
- ARENDE, Hannah. Walter Benjamin (1892-1940). In: *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 165-222.
- ARENDE, Hannah. *Responsabilidade e julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BORGES, Vavy Pacheco. *Ruy Guerra: paixão escancarada*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*, Paris, v. 62-63, p. 69-72, 1986.
- BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV: Editora UFRJ, 1998.
- BRUN, Catherine. Quel(s) savoir(s) pour quelle(s) mémoire(s) de la guerre d'Algérie? *Témoigner. Entre histoire et mémoire [En ligne]*, Paris, n. 117, p. 67-74, 2014, mis en ligne le 01 juin 2015. DOI: 10.4000/temoigner.725. Disponível em: <http://journals.openedition.org/temoigner/725>. Acesso em: 21 nov. 2019.
- BRUNET, Jean-Paul. *Police contre FLN: le drame d'octobre 1961*. Paris: Flammarion, 1999.
- DOSSE, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: EDUSC, 2003.
- DUBY, Georges. *A história continua*. Lisboa: Edições Asa, 1992.
- DUBY, Georges. *Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença, 1989.
- EINAUDI, Jean-Luc. *La Bataille de Paris*. Paris: Seuil, 1991.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FERRO, Marc. La biographie, cette handicapée de l'histoire. *Magazine Littéraire*, Paris, n. 164, p. 858-876, Avril 1989.
- FIRTH, Charles. *Oliver Cromwell and the Rule of the Puritans in England*. London: G. P. Putnam, 1907.
- FORTES, Alexandre. Razão e paixão na construção de uma biografia engajada: uma homenagem a Eric J. Hobsbawm e E. P. Thompson. *Projeto História*, São Paulo, n. 48, p. 1-21, 2013.
- FREIRE, Américo; SYDOW, Evanize. *Frei Betto: biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. São Paulo: Rocco, 1992.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes. O cotidiano e a vida de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1992.
- HEGEL, G. W. F. *Filosofia da História*. 2. ed. Brasília: Editora UNB, 2008.
- LE GOFF, Jacques. *São Luís*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LORIGA, Sabina. L'Histoire mode de vie. Réflexions autour de Hannah Arendt e Siegfried Kracauer. *Éditions de l'Éclat*, [S. l.], p. 209-26, 2010. Disponível em: <https://www.cairn.info/penser-l-histoire---page-209.htm>. Acesso em: 1 nov. 2021.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 225-249.

MAGALHÃES, Mário. *Marighela: o guerrilheiro que incendiou o mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARCUSE, Herbert. *Marxismo Soviético: uma análise crítica*. São Paulo: Saga, 1969.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MENESES, Filipe Ribeiro. *Salazar*. 3. ed. Lisboa: D. Quixote, 2010.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Quem tem medo da ilusão biográfica? Indivíduo, tempo e histórias de vida. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 429-46, 2017.

PIMENTEL, Irene. *Judeus em Portugal durante a II Guerra Mundial*. Em fuga de Hitler e do Holocausto. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 15-38.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa*. 3: O tempo narrado. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

ROLLEMBERG, Denise; VAINFAS, Ronaldo. Juízo e verdade histórica no discurso historiográfico. *Revista de Teoria da História*, Goiânia, v. 23, n. 1, p. 13-44, 2020.

SCHMIDT, Benito Bisso. *Flavio Koutzii. Biografia de um militante revolucionário*. De 1943 a 1984. Porto Alegre: Libretos, 2017.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. Os fascismos. In: FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão; ZENHA, Celeste (org.). *O século XX. O tempo das crises: revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2. p. 109-164.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

THOMPSON, Edward P. *Tradicón, revuelta y consciencia de clase*. 3. ed. Barcelona: Editorial Critica, 1989.

Francisco Carlos Palomanes Martinho

Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Professor livre-docente do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, SP, Brasil.

Endereço para correspondência

Francisco Carlos Palomanes Martinho

Rua Joaquim Antunes, 936/04

Pinheiros, 05415-001

São Paulo, SP, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.